



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE BOA VISTA DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08056883420188230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOEL CARLOS DA SILVA NUNES**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

Alega a parte autora em sua peça vestibular que no dia 08/06/2017, teria estacionado sua motocicleta modelo Honda/CG FAN ES, com placa NAM6483 da cor preta com Renavam 00200645668, em um estabelecimento na rua J. Farias no Bairro Jardim Caranã, quando houve o furto de seu veículo.

Assim, ajuizou a presente ação, requerendo a suspensão do licenciamento e seguro, requerendo fosse determinado ao Detran a suspensão do licenciamento e seguro do veículo que lhe fora furtado.

A Ré demonstrará a seguir que os referidos pedidos não merecem prosperar, eis que todo o gravame se deu por culpa exclusiva da parte autora.

PRELIMINARMENTE

DA AUSÊNCIA DE CAPACIDADE POSTULATÓRIA

FALTA DE PROCURAÇÃO ACOSTADA AOS AUTOS

Verifica-se que não consta nos autos qualquer instrumento de mandato outorgado ao advogado da parte Autora, violando a regra esculpida no art. 104 do CPC.

Dessa feita, com o fito de evitar maiores prejuízos aos litigantes, necessário se faz a intimação da parte para sanar o vício contido no presente caderno processual.

A intimação para sanar tal vício se faz mister, pois no caso dos autos, é indubitável que a ausência de procuração não produz nenhum efeito legal aos atos processuais, sendo estes considerados inexistentes.

Assim sendo, se após determinação judicial para sanar o vício a parte autora permanecer inerte, deverá o processo ser extinto sem resolução do mérito de acordo com a regra contida no artigo 485, III, do CPC.

Assim, requer a Vossa Excelência se digne intimar a parte autora para sanar o vício contido no instrumento procuratório, sob pena de indeferimento da inicial.

DA COMPETÊNCIA PARA ARRECAÇÃO, LICENCIAMENTO DE VEÍCULOS e BAIXA DO GRAVAME

Conforme legislação pertinente (Resolução CNSP nº 273/2012 – art. 4º, §1º (a qual revogou a Resolução CNSP nº 154/2006); Resolução CNSP nº 274/2012, bem como Código de Trânsito Brasileiro, arts. 22, incisos, I e III, 120, 130, 131, §2º), os procedimentos relacionados à arrecadação do IPVA, encargos, licenciamento, bem como baixa de gravames, são de responsabilidade dos DETRAN's.

O veículo somente será considerado licenciado, estando quitados os débitos relativos a tributos, encargos (dentre os quais o prêmio do seguro obrigatório), e multas de trânsito e ambientais, vinculados ao veículo, independentemente da responsabilidade pelas infrações cometidas. O licenciamento anual é de competência do órgão executivo de trânsito do Estado, ou do Distrito Federal, onde estiver registrado o veículo.

Enquanto o registro constar como ativo nas bases dos Departamentos Estaduais de Trânsito – DETRAN's, o seguro DPVAT será cobrado. Dessa forma, não há como enviar instrução para o Detran para isentar os proprietários dessa cobrança, visto não termos amparo legal para tal baixa.

Cabe ressaltar que, a pessoa que constar como proprietária de veículo automotor nos registros do DETRAN, estará obrigada a pagar o prêmio do seguro DPVAT e somente deixará de estar obrigada a pagar o prêmio quando deixar de figurar como proprietária de veículo automotor, o que ocorrerá com a transferência do titular da propriedade ou a baixa definitiva do registro do veículo da base do DETRAN. No texto da lei 6.194/74, assim como nas demais normas que regulam o Seguro DPVAT, não há permissão para que a Seguradora Líder-DPVAT dispense os proprietários de veículo do pagamento do prêmio DPVAT.

A Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. tem autorização legal apenas para a gestão da parcela da arrecadação dos valores que lhes são repassados. O próprio Poder Público, através dos Departamentos Estaduais de Trânsito (DETRAN'S), que se encarrega de cobrar dos proprietários dos veículos, o prêmio do seguro obrigatório e que posteriormente é repassado ao consórcio de Seguradoras, nos moldes da Resolução CNSP nº 273/2012, art.4º, §1º e Resolução CNSP nº 274/2012.

Nesse sentido, a Seguradora Líder-DPVAT atua apenas como gestora dos valores repassados aos Consórcios do Seguro DPVAT a título de pagamento do prêmio do Seguro Obrigatório, e suas operações são realizadas conforme determinam as normas em vigor.

Ademais, no pagamento do Seguro DPVAT, os proprietários de veículos automotores contribuem para a manutenção de uma proteção social, do valor total arrecadado pelo Seguro DPVAT, 45% são repassados ao Fundo Nacional de Saúde (FNS) e destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS), para custear a assistência médico-hospitalar das vítimas de acidente de trânsito, os demais 5% vão para o Denatran, para aplicação em programas de prevenção de acidentes de trânsito.

AS PARCELAS QUE CABEM AO FNS E AO DENATRAN SÃO REPASSADAS DIRETAMENTE PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS ARRECADADORAS, E NÃO PASSAM PELO CAIXA DA SEGURADORA LÍDER-DPAVAT, conforme disposto no Decreto nº 2.867/1998 e regulamentado pela Portaria Interministerial nº 293/2012.

Sendo assim, a Seguradora Líder-DPVAT, na qualidade de representante das seguradoras que integram os Consórcios DPVAT, não tem competência para transferir dados para o nome de proprietários de veículos ou alterar registros de prontuários, cuja atribuição é exclusiva dos órgãos de trânsito.

Assim sendo, os procedimentos relacionados à arrecadação, dentre os quais se enquadra a emissão do documento do veículo - CRLV (certificado de licenciamento do veículo), baixa de gravame, restituição de valores pagos são de inteira responsabilidade dos DETRAN's.

Deste modo, a restituição de pagamento do prêmio do Seguro DPVAT em questão, deverá ser solicitada ao DETRAN.

No caso em tela, o próprio autor afirma que efetuou o pagamento equivocado do prêmio para o veículo, pelo que as providências cabíveis devem ser dirigidas ao órgão competente, ou seja, Detran.

O pagamento efetuado pela parte autora conforme informado na peça inaugural, gerou uma baixa para essa cobrança (a quitação do prêmio do Seguro DPVAT – vinculado ao veículo – gerou uma baixa para o sistema de licenciamento anual, controlado pelo DETRAN).


As telas abaixo comprovam que o veículo continua em nome do autor e, inclusive com débitos relativos aos anos de 2018 e 2019:

Situação do veículo

Retorno da consulta por situação do veículo.

Dados do Veículo					
Placa	Renavam	Chassi	Marca/Modelo	Cor	Ano de fab./Mod
NAM6483	00200645668	9C2JC4120AR073732	HONDA/CG 125 FAN ES	PRETA	2010 / 2010
Tipo	Combustível	Categoria	Espécie	Nacionalidade	Roubo/Furto
MOTOCICLETA	GASOLINA	PARTICULAR	PASSEIRO	NACIONAL	SIM
Potência/Cilindradas	Capacidade de passageiros	Município	Situação do veículo	Último ano licenciamento	Restrição
000 / 0124	002	BOA VISTA - RR	EM CIRCULACAO	2017	BENEFICIO TRIBUTARIO

DÉBITOS DE 2018				
Débito	Vencimento	Valor	Emissão	Pagamento
Taxa de Licenciamento	29/03/2018	R\$ 104,89(+ INFO)		
Seguro Obrigatório(DPVAT)	30/05/2018	R\$ 185,50		
Total de débitos 2018				R\$ 295,39
Gerar débitos de 2018				

DÉBITOS DE 2019				
Débito	Vencimento	Valor	Emissão	Pagamento
IPVA	31/05/2019	R\$73,64		
Taxa de Licenciamento	30/04/2019	R\$ 80,91(+ INFO)		
Seguro Obrigatório(DPVAT)	31/05/2019	R\$ 84,58		
Total de débitos 2019				R\$ 239,13
Gerar débitos de 2019				

Autenticação mecânica - Primeira cópia ou cópia autêntica

Estado de Roraima - SEFAZ - DETRAN - Documento de Arrecadação

Exercício: 2018 Placa: NAM6483 Emissão: 13/02/2019

JOEL CARLOS DA SILVA NUNES
HONDA/CG 125 FAN ES

Renavam: 00200645668

Alíquota: 0,00 %
Depreciação: 0,00
Valor IPVA: 0,00

Seguro: 05.100.9363561.3-0
Licenciamento: 01.100.9363561.3-0

Ano Fabricação: 2010
9C2JC4120AR073732

Licenciamento Anual: 110,31
Total: 110,31

Debitos IPVA: Documento não quitado débitos anteriores

VALIDO POR 30 DIAS: A CONTAR DA DATA DE AUTENTICAÇÃO DAS TAXAS, IPVA, LICENCIAMENTO E DPVAT ACOMPANHADO DO CARV DO ANO ANTERIOR

Local de pagamento: Pagável nos bancos do Brasil, BRADESCO, CEF e HSBC

Pagável em qualquer banco

Bilhete Seguro DPVAT - Via Consórcio

Seguro Obrigatório - 2018 Placa: NAM6483 Vencimento: 30/05/2018

Numero do documento: 05.100.9363561.3-0

Marca/Modelo: HONDA/CG 125 FAN ES

Chassi: 9C2JC4120AR073732

Placa: NAM6483

Combustível: GASOLINA

Código Seguro: 00200645668

Ano Fabricação: 2010

Data de Validade: 31/12/2019

Faixa do Seguro: 39

Prêmio Líquido: 183,85

Custo do Bilhete: 4,15

GP: 0,70

Prêmio Total: 188,50

Autenticação Mecânica no Verso

866300000019 855009248600 800020064567 689021118237

Pagável Banco do Brasil e seus conveniados

Estado de Roraima - DETRAN - Licenciamento Anual / 2018 Doc: 01.100.9363561.3-0 Placa: NAM6483 Vencimento: 29/03/2018

SERVIÇOS SOLICITADOS

01270400 - Licenciamento anual em atraso

01170701 - Prevenção contra Incêndio e Salvamento (Bombeiros) 2018

QUANTIDADE: 1 UNIDADE: --- VALOR: 104,89

QUANTIDADE: 1 UNIDADE: --- VALOR: 5,42

Data Emissão: 13/02/2019

Data Validade: 28/02/2019

Total: 110,31

Autenticação Mecânica no Verso

856600000017 103101772012 902280110096 363561300775

JOEL CARLOS DA SILVA NUNES
HONDA/CG 125 FAN ES

Renavam: 00200645668

Alíquota: 0,00 %
Depreciação: 0,00
Valor IPVA: 0,00

Seguro: 05.100.9363561.3-0
Licenciamento: 01.100.9363561.3-0

Ano Fabricação: 2010
9C2JC4120AR073732

Licenciamento Anual: 86,33
Total: 86,33

Debitos IPVA: Documento não quitado débitos anteriores

VALIDO POR 30 DIAS: A CONTAR DA DATA DE AUTENTICAÇÃO DAS TAXAS, IPVA, LICENCIAMENTO E DPVAT ACOMPANHADO DO CARV DO ANO ANTERIOR

Local de pagamento: Pagável nos bancos do Brasil, BRADESCO, CEF e HSBC

Estado de Roraima - SEFAZ

IPVA 2019 1ª COTA Placa: NAM6483 Vencimento: 29/03/2019

Emissão: 13/02/2019 Numero do documento: 04.100.9363561.3-0

Valor Principal: 24,49

Multa: 0,00

Mora: 0,00

Cópia: 0,00

Total: 24,49

Autenticação Mecânica no Verso

856600000009 245500232013 904300020065 456601101193

Estado de Roraima - SEFAZ

IPVA 2019 2ª COTA Placa: NAM6483 Vencimento: 30/04/2019

Emissão: 13/02/2019 Numero do documento: 04.100.9363561.3-0

Valor Principal: 24,49

Multa: 0,00

Mora: 0,00

Cópia: 0,00

Total: 24,49

Autenticação Mecânica no Verso

856600000005 245500232013 904300020065 456601201191

Estado de Roraima - SEFAZ

IPVA 2019 3ª COTA Placa: NAM6483 Vencimento: 31/05/2019

Emissão: 13/02/2019 Numero do documento: 04.100.9363561.3-0

Valor Principal: 24,54

Multa: 0,00

Mora: 0,00

Cópia: 0,00

Total: 24,54

Autenticação Mecânica no Verso

856700000008 245500232013 904300020065 456601301195

Estado de Roraima - SEFAZ

IPVA 2019 COTA ÚNICA Placa: NAM6483 Vencimento: 31/05/2019

Emissão: 13/02/2019 Numero do documento: 04.100.9363561.3-0

Valor Principal: 73,54

Multa: 0,00

Mora: 0,00

Cópia: 0,00

Total: 73,54

Autenticação Mecânica no Verso

856200000003 236400232012 904300020065 456601901196

Pagável em qualquer banco

Bilhete Seguro DPVAT - Via Consórcio

Seguro Obrigatório - 2019 Placa: NAM6483 Vencimento: 31/05/2019

Numero do documento: 05.100.9363561.3-0

Marca/Modelo: HONDA/CG 125 FAN ES

Chassi: 9C2JC4120AR073732

Placa: NAM6483

Combustível: GASOLINA

Código Seguro: 00200645668

Ano Fabricação: 2010

Data de Validade: 31/05/2019

Faixa do Seguro: 39

Prêmio Líquido: 80,11

Custo do Bilhete: 4,15

GP: 0,33

Prêmio Total: 84,26

Autenticação Mecânica no Verso

866500000009 845809248600 800020064567 689021119235

Pagável Banco do Brasil e seus conveniados

Estado de Roraima - DETRAN - Licenciamento Anual / 2019 Doc: 01.100.9363561.3-0 Placa: NAM6483 Vencimento: 30/04/2019

SERVIÇOS SOLICITADOS

01270400 - Licenciamento Anual

01170702 - Prevenção contra Incêndio e Salvamento (Bombeiros) 2019

QUANTIDADE: 1 UNIDADE: --- VALOR: 80,91

QUANTIDADE: 1 UNIDADE: --- VALOR: 5,42

Data Emissão: 13/02/2019

Data Validade: 30/04/2019

Total: 86,33

Autenticação Mecânica no Verso

856700000008 863301772019 904300110096 363593330774

Ante o exposto, deve o processo ser extinto sem resolução do mérito nos exatos termos do art.337, inciso XI do CPC combinado com o art. 485, inciso VI do CPC, face a ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM da Ré.

DO MÉRITO

DO PROPRIETÁRIO DE VEÍCULO INADIMPLENTE

Em lei 6.194/1974, foi criado o seguro obrigatório DPVAT, que prevê que as coberturas e valores serão devidos em decorrência de eventuais danos causados por veículos automotores de via terrestre em acidentes de trânsito.

Conforme bem traz a referida legislação, todos os que transitam pelo território nacional estão segurados, sendo que a novel legislação também prevê as formas de arrecadação e custeio para a operacionalização do sistema de pagamentos. No texto da lei 6.194/74, assim como nas demais normas que regulam o Seguro DPVAT, não há permissão para que a Seguradora Líder-DPVAT dispense os proprietários de veículo do pagamento do prêmio DPVAT.

Como forma de viabilizar este seguro social às vítimas de acidentes de trânsito, todos os proprietários de veículos automotores de via terrestre são compelidos a pagar o seguro obrigatório, sendo que o não pagamento do seguro DPVAT implica no não licenciamento do veículo, bem como a sua proibição de circulação.

Frisa-se que a ausência de pagamento pelo proprietário gera um prejuízo a toda sociedade, na medida, em caso de inadimplência do seguro, os valores não são repassados aos programas sociais, programa saúde pública e programas educadores de prevenção de acidentes.

Assim, o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça buscou, tão somente, resguardar o direito de terceiros quando não realizado o pagamento do prêmio pelo causador do sinistro.

Portanto, feita a devida análise nos precedentes da súmula 257, STJ, quais sejam: REsp 200838/GO; REsp 67763/RJ; e REsp 144583/SP, temos que a mesma trata de situações jurídicas distintas, quando confrontado ao teor Resolução 273/2012 do CNSP, conforme quadro comparativo que segue:

RESOLUÇÃO 273 /2012 DO CNSP	SÚMULA 257, STJ
Exclui da cobertura a vítima, quando esta for proprietária do veículo causador do acidente, estando este inadimplente.	Garante o recebimento do seguro a TERCEIROS vítimas de sinistro causado por proprietário de veículo inadimplente.

Consigne-se, por oportuno, que a interpretação que deve ser dada à Súmula 257, STJ, corroborando com a exegese do art.7º, §1º da Lei 6.194/74, garante à seguradora consorciada o direito de regresso em face do proprietário inadimplente em caso de eventuais valores que se desembolsem com as vítimas de sinistros quando o evento for causado por proprietários inadimplentes.

DA IMPOSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO DO LICENCIAMENTO

DA TAXA DO SEGURO DPVAT

A parte autora informa não ser mais a proprietária do veículo vendido, devido ao furto alegado, ocorre que, enquanto seu nome constar como ativo no registro das bases dos Departamentos Estaduais de Trânsito – DETRAN's, o seguro DPVAT será cobrado.

Conforme entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da 1ª Vara Cível, na sentença de nº **0141294-28.2009.8.26.0001** tendo como juiz o Dr. Vincenzo Bruno Formica Filho, verbis.

“Em verdade, ambos comprador e vendedor – estão obrigados perante o Poder Público a proceder este à comunicação e aquele ao registro da alienação do veículo.

O autor deveria ter extraído cópia autenticada do documento único de transferência de veículo, comunicando-se as autoridades competentes acerca da alienação do bem, conforme prescreve o art. 134 do Código Brasileiro de Trânsito lei nº 9.503/97 -.

Portanto, a pretensão do autor não tem fundamento jurídico, motivo pelo qual não pode ser acolhida.

Não olvida este magistrado de que o maior benefício da tutela jurisdicional seria a sua desvinculação dos débitos tributários e das penalidades administrativas e, talvez, esse seja seu objetivo precípua.

Contudo, essa pretensão não faz parte do objeto do processo, porque não se alinha com o pedido, posto que haja requerimentos nesse sentido, e o provimento jurisdicional que sobre ela se manifestasse extrapolaria os limites objetivos desta demanda.

No entanto, como dito acima, ao autor competia, também, comunicar a alienação do bem aos órgãos públicos de trânsito a fim de isentar-se da responsabilização decorrente da propriedade dele.”

Neste mesmo raciocínio o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, através da 3ª Câmara Cível, no acórdão de Apelação nº **0004687-97.2008.8.06.0001**, julgado em **28/03/2017**, verbis:

EMENTA: DIREITO CIVIL. DECISÃO PROFERIDA NA ÉGIDE DO CPC-73. APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. PROMOVENTE QUE RECORRE REQUERENDO CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS. COMPRA E VENDA DE VEÍCULO REALIZADA SEM TRANSFERÊNCIA DA TITULARIDADE DO BEM. MULTAS DE TRÂNSITO DIRECIONADAS À APELANTE. REGULARIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA TITULARIDADE DO VEÍCULO QUE INCUMBE À ANTIGA PROPRIETÁRIA. PREVISÃO DO ART. 134, DO CTB. INÉRCIA DA ANTIGA PROPRIETÁRIA EM CUMPRIR SUA RESPONSABILIDADE DE COMUNICAR AO DETRAN A TRANSFERÊNCIA DE DOMÍNIO. AUSÊNCIA DE DANO MORAL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Logo, toda pessoa que constar como proprietária de veículo automotor nos registros do DETRAN, estará obrigada a pagar o prêmio do seguro DPVAT. O mesmo somente deixará de estar obrigada a pagar o prêmio quando deixar de figurar como proprietária de veículo automotor, o que ocorrerá com a transferência do titular da propriedade ou a baixa definitiva do registro do veículo da base do DETRAN.

Nesta mesma linha de pensamento, caso o veículo circule, mesmo em situação irregular, isto não impossibilitará o pagamento de indenização a terceiros por danos que este venha a causar. Lembra-se que estamos tratando de um seguro de cunho social.

Contudo, o §1º do art. 7º da Lei 6.194/74 prevê o direito de regresso em face do proprietário pelos danos causados por veículo inadimplente.

É o que estabelece o §1º do artigo 7º da referida legislação:

Art. 7º - A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.

§ 1º - O consórcio de que trata este artigo poderá haver regressivamente do proprietário do veículo os valores que desembolsar, ficando o veículo, desde logo, como garantia da obrigação, ainda que vinculada a contrato de alienação fiduciária, reserva de domínio, leasing ou qualquer outro.

Desta forma, resta comprovada a legalidade da cobrança enviada ao autor da presente ação, uma vez que embasada em fundamento legal amplamente reconhecido.

Entender diferente seria o mesmo que desvirtuar o ordenamento jurídico, em prol do enriquecimento sem causa da parte contrária.

Ademais, resta mais do que comprovado que referida taxa é devida, na forma do **ART. 9º DA RESOLUÇÃO Nº 802/95**, por isso o pedido do autor não tem cabimento, pugnando pela improcedência total, por falta de embasamento legal.

Portanto, requer a improcedência do pedido inicial, na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil.

CONCLUSÃO

Ex Positis, requer a Ré o acolhimento das preliminares suscitadas.

Caso não seja este o entendimento de V.Exa., tendo a Ré amplamente demonstrado o total descabimento da presente demanda, pelo que requer seja ao final julgada **TOTALMENTE IMPROCEDENTE**, nos exatos termos do artigo 487, inciso I, 2ª parte do Código de Processo Civil.

Protesta, ainda, por todo o gênero de provas admitido em direito, especialmente documental suplementar e depoimento pessoal da parte autora, sob pena de confissão.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **SIVIRINO PAULI**, inscrito sob o nº **101-B**, na **OAB/RR**, sob pena de nulidade das mesmas

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 13 de fevereiro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/RR 451-A **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa dos advogados **SIVIRINO PAULI**, inscrito na OAB/RR sob o nº 101-B e **DIEGO LIMA PAULI**, advogado, inscrito na OAB/RR sob o nº 858-N, ambos com escritório na AV. MARIO HOMEM DE MELO, Nº 652, CENTRO, BOA VISTA/RR. CEP: 69.301-200, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A** e **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **JOEL CARLOS DA SILVA NUNES**, em curso perante o **JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE BOA VISTA** da comarca de **BOA VISTA**, nos autos do Processo nº 08056883420188230010.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2019.



FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819